

www.igepp.com.br



Equipe IGEPP ONLINE

**Simulado
BLOCO 07**

**Gestão Governamental e Administração Pública
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO
[GABARITO COMENTADO]**

*Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais (P1) e Prova
Discursiva (P3)*



SIMULADO 07 DE ABRIL DE 2024
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO 2024

BLOCO 07 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões estilo Cesgranrio focadas no edital EDITAL N.º 07/2024 - CPNU, 10 DE JANEIRO DE 2024
- 2 - A prova objetiva de Conhecimentos Gerais (P1), de caráter eliminatório e classificatório, comum a todos os blocos, compreende 20 (vinte) questões de múltipla escolha, e foi elaborada de acordo com os conteúdos programáticos apresentados no Anexo IV do EDITAL N.º 07/2024, 10 DE JANEIRO DE 2024.
- 3 - Cada questão das Provas objetivas apresentará cinco alternativas (A; B; C; D e E) e uma única resposta correta.
- 4 - A Prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório compreende uma questão dissertativa de acordo com os conteúdos dos conhecimentos específicos apresentados no Anexo IV do EDITAL N.º 07/2024, 10 DE JANEIRO DE 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Sobre a tipologia de políticas públicas, considere a notícia abaixo:

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.601/23, que recriou o programa Bolsa Família. A norma teve origem na Medida Provisória 1164/23, aprovada pela Câmara no final de maio e pelo Senado no início de junho. O texto foi publicado no Diário Oficial da União nesta terça-feira (20).

Segundo a lei, a família beneficiada recebe R\$ 142 para cada integrante pelo Benefício de Renda e Cidadania. Se mesmo assim a soma dos benefícios na família for inferior a R\$ 600, ela recebe um benefício complementar para garantir que a renda chegue a esse valor mensal.

Além disso, família com menores de sete anos de idade tem direito a R\$ 150 para cada criança. O programa também dá R\$ 50 para cada familiar que tenha entre 7 e 18 anos incompletos ou que seja gestante ou lactante. Essas complementações são chamadas de Benefício Primeira Infância e Benefício Variável Familiar.

Para poderem receber e continuar com direito à Bolsa Família, devem ser cumpridas condicionalidades relativas a:

- realização de pré-natal;
- cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- acompanhamento do estado nutricional para crianças com até sete anos incompletos;
- frequência escolar mínima de 65% para crianças de 4 a 6 anos incompletos; e
- frequência escolar mínima de 75% para beneficiários com idade de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Theodore J. Lowi desenvolveu a mais conhecida das classificações de políticas públicas, dividindo-as em quatro tipos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. O programa Bolsa Família seria classificado como:

- (A) Regulatória
- (B) Distributiva
- (C) Constitutiva
- (D) Redistributiva
- (E) Enunciativa

GABARITO: Alternativa B.

COMENTÁRIO:

A questão comanda que:

"Theodore Lowi desenvolveu a mais conhecida das classificações de políticas públicas..." Então, a referência para a resposta seria a tipologia de Lowi. De acordo com essa tipologia, conforme RUA, M.G¹ (2024, pp. 38-39), políticas distributivas são:

[...]políticas públicas que alocam bens e serviços, como educação, saúde, saneamento básico, habitação, subsídios às atividades agrícolas e industriais, etc. Essas arenas caracterizam-se por mobilizar expectativas de benefícios nitidamente concentrados ou focalizados em uma área, uma localidade, um setor de atividades, um grupo, ou um segmento populacional. Seus custos¹⁶, todavia, encontram-se dispersos entre todos os contribuintes, de modo que esses não têm como perceber a relação entre os impostos que pagam e os bens e serviços distribuídos. Nenhum cidadão tem como saber o quanto, entre os impostos – diretos e indiretos – que paga, é aplicado, por exemplo, na construção, no aparelhamento e no funcionamento de uma escola ou na abertura e no asfaltamento de uma estrada, seja em seu município, no município vizinho ou até mesmo em outro estado ou região do país. [...]

EX.: No Brasil atual, um dos principais exemplos de política pública advinda de uma arena distributiva é o Programa Bolsa Família e os seus diversos benefícios

¹ RUA, M.G. Livro Eletrônico: Políticas Públicas, Tipologias e Tipos de políticas públicas. Atores.

Abordagens. Arenas. Igepp online, Brasília, 2024.[pp. 38-39]

paralelos. Para bem entender esse ponto, é essencial recordar que, segundo a classificação de LOWI, o que deve ser levado em consideração ao identificar uma dada arena não é o impacto real dessa policy. O que define a arena é a estimativa (expectativa), feita por cada ator, das possíveis consequências que aquela política poderá trazer para os seus próprios interesses. Em virtude disso, mesmo sendo evidente que programas de transferência de renda com condicionalidades (como o Bolsa Família) certamente promovem a redistribuição da renda, não é esse aspecto que importa para a sua classificação em termos das arenas decisórias. O que importa é o fato de que os contribuintes em geral não dispõem de meios para calcular quanto estão pagando, em impostos – ou seja quanto do seu dinheiro está saindo do seu bolso - para cada família atendida pelo Programa. E, por isso, ninguém consegue pensar em termos de prejuízos pessoais para se posicionar contrariamente ao Programa.

Ainda, conforme SECCHI *et all* (2019, pp. 31-32)²:

“Políticas distributivas: geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes.”

Logo, o padrão de conflito suscitado, que é a variável independente de Lowi, tem características de conflito distributiva, no âmbito do Programa Bolsa Família. Logo, política distributiva.

Ressalte-se, contudo, que a única questão de banca existente classificando o Programa Bolsa-Família quanto à tipologia de Lowi, formulada pela Quadrix em 2013 - ADI (ABDI)/Nível Superior Especialista/Relações Institucionais, assinalou redistributiva como o gabarito, e não houve alteração.

A banca Cebraspe, por sua vez, acertadamente, em 2023, confirmou como correta a seguinte assertiva:

O Programa Auxílio Brasil, que se caracteriza pelo pagamento de uma bolsa mensal (renda mínima), é um programa federal de transferência direta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Logo, de acordo com a classificação da tipologia de Theodore Lowi, trata-se de uma política distributiva.

Nesse caso, o Programa Auxílio Brasil, adotado durante o governo Bolsonaro (2019-2022), possui as mesmas características do Bolsa Família indicado em nossa questão 1.

E a banca Cesgranrio?

Não há, até o momento, nenhuma questão sobre o tema da banca do seu concurso.

Não obstante, apesar da confusão que pode haver sobre casos concretos e a tipologia, deve ser defendida a posição da literatura.

Seguindo com as demais alternativas:

A) Políticas Regulatórias: aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos de poder dos atores abarcados. Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais a regulações complexas, de grande abrangência. Ex.: Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc. Não é o caso do PBF. Errada.

C) Políticas Constitutivas: aquelas que remontam às condições genéricas sob as quais serão negociadas as políticas públicas distributivas, redistributivas e regulatórias. Elas se inserem na esfera daquilo que os pensadores da Teoria da Escolha Racional denominam

² SECCHI, L., COELHO, F., PIRES, W. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos.** 3ª edição. Cengage, São Paulo, 2019.

“jogos das regras” ou “jogos de decisões institucionais”. São as políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. Exemplos: A distribuição de competências entre os poderes e esferas de governo na Constituição Federal, as regras do sistema político-eleitoral, regras da participação da sociedade civil em decisões públicas. Logo, questão errada.

D) Políticas Redistributivas: aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas. Ex.: reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária, etc. Como vimos, em que pese o exemplo de uma banca que considerou de forma errada o PBF como redistributiva, ele não condiz com as características do padrão de conflito suscitado em torno da política pública. Logo, questão errada. Ver comentário da questão B, a correta.

E) Enunciativa: Este tipo não faz parte da classificação de Lowi. É importante notar que alguns modelos teóricos podem explorar categorias como políticas simbólicas ou enunciativas, mas essas não são categorias primárias na tipologia de Lowi. Errada.

Por fim, vale encerrar esse comentário com um apontamento feito por SECCHI *et al* (Op.cit, p.33):

“É importante lembrar que as fronteiras que separem esses tipos de políticas não são facilmente visualizáveis. As políticas públicas geralmente agregam características de dois ou mais tipos de políticas.”

Em contextos de provas de concurso, em que é necessária a classificação precisa de políticas públicas, é vital que os candidatos reconheçam qual padrão de conflito ou arena de discussão é predominante na política em análise. A predominância deve ser determinada pelo tipo de conflito que a política fomenta e onde esse conflito se manifesta

Ao selecionar a alternativa correta ou ao elaborar um recurso contra um gabarito em concursos, os candidatos devem fundamentar sua argumentação no padrão de conflito mais evidente e influente que a

política gera. É importante destacar como esse padrão de conflito alinha-se com os critérios de uma tipologia específica, no caso em espécie, a consagrada tipologia de Lowi.

2. Sobre o ciclo de políticas públicas, considere o texto abaixo:

Nesse estágio do processo político-administrativo faz-se a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos no estágio anterior. Nesse estágio do desenvolvimento da política, conduz-se uma avaliação inicial sobre a viabilidade das opções políticas. Envolve a identificação e a determinação das 7nfrenta7 soluções para os problemas políticos ou, para dizê-lo de outra maneira, a exploração das várias opções ou cursos alternativos de ações disponíveis para 7nfrenta-los.

HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. P.123.

Adaptado

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

- (A) Avaliação de política: policy-making como aprendizagem
- (B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
- (C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
- (D) Implementação de política: atores e atividades
- (E) Formulação política: instrumentos e design

GABARITO: Alternativa E.

COMENTÁRIO:

Este estágio envolve a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que podem ajudar a resolver as questões e os problemas identificados anteriormente, exatamente como descrito no texto. Durante a formulação política, diferentes alternativas de ação são consideradas, e realiza-se uma avaliação inicial sobre a viabilidade dessas opções políticas. Esse processo é crucial para definir como uma política pública pode ser estruturada e quais instrumentos serão utilizados para atingir os objetivos desejados.

- A) Avaliação de política: Este estágio ocorre após a implementação e visa avaliar a eficácia da política pública, aprendendo com as experiências para informar futuras políticas.

- B) Montagem da agenda: Refere-se ao processo pelo qual problemas, necessidades ou questões são identificados e reconhecidos como merecedores de atenção governamental.

- C) Tomada de decisão: Este estágio envolve a escolha entre as diferentes alternativas formuladas anteriormente. É o momento em que se decide qual curso de ação será adotado.

- D) Implementação de política: Após a tomada de decisão, este estágio trata da execução da política escolhida, envolvendo atores e atividades necessárias para colocar a política em prática.

Portanto, a E) Formulação política é o estágio que melhor corresponde à descrição, pois é nessa fase que as opções políticas são desenvolvidas, refinadas e formalizadas, considerando a viabilidade e explorando diferentes cursos de ação para enfrentar os problemas identificados.

3. A literatura sobre o tema mostra que a descentralização das políticas públicas no Brasil enfrenta diversos desafios, vários deles listados a seguir, EXCETO:

(A) são profundas as desigualdades entre estados e entre municípios de um mesmo estado, tanto em termos de suas necessidades quanto dos recursos fiscais para atendê-las, restando ao governo federal o papel de tentar compensar essas diferenças;

(B) nos últimos anos, como regra, os sistemas municipais de políticas públicas têm sido exitosos em estabelecer redes de articulação regional, logrando aumentar a eficiência das políticas públicas;

(C) a atuação do governo federal e dos governos estaduais em relação aos municípios tem que se conformar aos limites impostos pela autonomia e os direitos dos governos subnacionais e pela barganha e o pluralismo indispensáveis ao relacionamento intergovernamental.

(D) faltam estratégias eficazes para tornar o comportamento das instituições e dos atores políticos mais cooperativo e menos competitivo a fim de maximizar a efetividade das políticas públicas.

(E) ainda não se logrou a consolidação e a disseminação de mecanismos de avaliação e monitoramento, que poderiam tornar as políticas públicas mais eficientes, dar visibilidade aos resultados alcançados e promover aprendizado institucional.

GABARITO: Alternativa B.

COMENTÁRIO:

a) “são profundas as desigualdades entre estados e entre municípios de um mesmo estado, tanto em termos de suas necessidades quanto dos recursos fiscais para atendê-las, restando ao governo federal o papel de tentar compensar essas diferenças”. De fato, há grande desigualdade inter e intra-regional, intra e interestadual, inter e intramunicipal, sob os mais diversos aspectos. Este é um dos principais desafios à descentralização.

b) “nos últimos anos, como regra, os sistemas municipais de políticas públicas têm sido exitosos em estabelecer redes de articulação regional, logrando aumentar a eficiência das políticas públicas”. Estabelecer tais redes seria, de fato, o desafio e a sua ausência tem sido um dos grandes obstáculos ao planejamento coordenado das políticas públicas, especialmente ao nível municipal. Porém este enunciado não se aplica uma vez que não descreve um desafio, mas uma hipótese na qual o desafio teria sido vencido.

c) “a atuação do governo federal e dos governos estaduais em relação aos municípios tem que se conformar aos limites impostos pela autonomia e os direitos dos governos subnacionais e pela barganha e o pluralismo indispensáveis ao relacionamento intergovernamental”. De fato, a violação desses limites resultaria em fragilização do pacto federativo e levaria à concentração do poder, não à descentralização. Este é um dos mais importantes dilemas da descentralização.

d) “faltam estratégias eficazes para tornar o comportamento das instituições e dos atores políticos mais cooperativo e menos competitivo a fim de maximizar a efetividade das políticas públicas”. Realmente: as regras do federalismo brasileiro induziram um jogo em que os municípios concorrem entre si pelo dinheiro público de outros níveis de governo, lutam predatoriamente por investimentos privados e, ainda, oportunisticamente, muitas vezes repassam seus custos a outros entes. As regras existentes não

proporcionam incentivos ao compartilhamento de tarefas e a atuação consorciada dos entes federativos.

e) “ainda não se logrou a consolidação e a disseminação de mecanismos de avaliação e monitoramento, que poderiam tornar as políticas públicas mais eficientes, dar visibilidade aos resultados alcançados e promover aprendizado institucional”. Certamente, a despeito dos esforços de diversas instituições como o IPEA, a Casa Civil e mesmo a CGU e o TCU, os mecanismos e práticas de monitoramento e avaliação de políticas públicas tendem a se concentrar na esfera federal e em alguns dos estados mais desenvolvidos da federação, não tendo se disseminado nem se consolidado no conjunto dos estados e municípios brasileiros. Com isso, é baixa a produção de policy-learning e ficam prejudicados o controle e o aperfeiçoamento das políticas públicas, especialmente ao nível municipal, gerando gaps de qualidade nas ações e serviços ofertados à população.

4. No que se refere ao arranjo institucional de formulação e implementação da política de saúde, marque FALSO (F) ou VERDADEIRO (V), depois assinale a sequência correta:

() A direção do Sistema Único de Saúde é única em cada esfera de governo, ouvidas as Comissões Intersetoriais e as Comissões Intergestores Bipartite.

() A transferência dos serviços para a esfera municipal não significa somente “prestação dos serviços”, mas deve expressar a autonomia do município nas decisões relativas à saúde dos seus habitantes.

() No SUS, as ações e serviços de saúde, são prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como pela iniciativa privada quando necessário para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, sempre mediante contrato ou convênio.

() A participação da comunidade na gestão do SUS está fundada em três instâncias colegiadas – a Conferência de Saúde, a Comissão Intergestores Tripartite e o Conselho de Saúde – em cada esfera de governo.

- (A) F-V-F-V
- (B) V-F-V-F
- (C) V-F-F-V
- (D) F-V-V-F
- (E) F-F-V-V

GABARITO: Alternativa D.

COMENTÁRIO:

(F) “A direção do Sistema Único de Saúde é única em cada esfera de governo, ouvidas as Comissões Intersetoriais e as Comissões Intergestores Bipartite”.

FALSA porque a legislação estabelece que a direção do SUS cabe ao Ministério da Saúde, no plano federal, às Secretarias Estaduais de Saúde ou equivalente na esfera dos Estados e às Secretarias Municipais de Saúde ou equivalente no nível municipal. As Comissões intersetoriais e as Comissões Intergestores são entidades colegiadas integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil, subordinadas aos Conselho Nacional de Saúde, que têm a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do SUS. Já as “Comissões Intergestores Bipartite foram criadas em cada estado para solucionar o problema das relações estado-município.

(V) “A transferência dos serviços para a esfera municipal não significa somente “prestação dos serviços”, mas deve expressar a autonomia do município nas decisões relativas à saúde dos seus habitantes.”

VERDADEIRA. Esta foi uma importante bandeira do movimento sanitário quanto à descentralização: que não apenas se transferissem os encargos aos entes federativos, mas principalmente o poder de decidir sobre a saúde em suas jurisdições.

(V) “No SUS, as ações e serviços de saúde, são prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como pela iniciativa privada quando necessário para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, sempre mediante contrato ou convênio”.

VERDADEIRA. A Lei Orgânica da Saúde estabelece que o SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração Direta e Indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, podendo a iniciativa privada participar do SUS em caráter complementar; e que o SUS pode recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área,

sempre mediante contrato ou convênio, obedecendo-se neles às normas de Direito Público.

(F) “A participação da comunidade na gestão do SUS está fundada em três instâncias colegiadas – a Conferência de Saúde, a Comissão Intergestores Tripartite e o Conselho de Saúde – em cada esfera de governo”.

FALSA. A participação da comunidade na gestão do SUS é uma das diretrizes do sistema e a lei afirma que está fundada em duas instâncias colegiadas – a Conferência de Saúde, o Conselho de Saúde – em cada esfera de governo. A Norma Operacional Básica - SUS 01/93, por sua vez, estabeleceu que o gerenciamento do processo de descentralização no SUS, teria como eixo a prática do planejamento integrado em cada esfera de governo e como foros de negociação e deliberação as Comissões Intergestores, entre elas a Comissão Intergestores Tripartite, de âmbito nacional, e os Conselhos de Saúde.

PORTANTO: F-V-V-F

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

5. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República e acerca do Presidencialismo como sistema de governo: noções gerais, capacidades governativas e especificidades do caso brasileiro, julgue os itens a seguir:

I - Os dezesseis anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), marcados por relações majoritariamente instáveis e conflituosas entre Executivo e Legislativo, serviram para confirmar os prognósticos pessimistas que abundavam nas análises da terceira onda de democratização que alertavam, por exemplo, sobre a “difícil combinação” de presidencialismo e multipartidarismo”.

II - De acordo com o conceito de "presidencialismo de coalizão", conforme formulado por Sérgio Abranches, o presidente, ao assumir o cargo, se vê diante da necessidade de formar alianças políticas para governar eficazmente. A formação de maiorias no Congresso Nacional para aprovar legislação e implementar suas políticas não é automática, exigindo intensa negociação com partidos políticos e parlamentares de diferentes

grupos e ideologias. O ambiente multipartidário e fragmentado impõe custos adicionais a esse processo. O federalismo, por sua vez, é um componente fundamental do sistema político brasileiro que suaviza o dilema institucional brasileiro.

III - A judicialização da política no Brasil, fenômeno observado também em várias democracias contemporâneas, está associada à ideia de que o Judiciário passou a atuar em diversas questões antes alheias às funções primárias da jurisdição, desde questões atinentes ao processo democrático, às relativas a competências administrativas e legislativas dos outros Poderes e mesmo ao processo de implementação de políticas públicas. Essa crescente intervenção de juizes e demais atores do sistema judicial têm implicações significativas para o equilíbrio de poderes e o funcionamento do sistema político do país.

Somente está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

GABARITO: Alternativa C.

COMENTÁRIO:

Questão extraída de observações em publicação da Câmara dos Deputados: Presidencialismo De coalizão em Movimento Giovana Perlin e Manoel Leonardo Santos (organizadores). Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

O item I está errado porque houve durante os períodos indicados relativa estabilidade nas relações entre Executivo e Legislativo.

O item II está errado porque a variável federativa incrementa ainda mais os custos da governabilidade.

6. Acerca da consolidação da democracia, representação política e participação cidadã, considere o texto a seguir:

Os princípios representativos fundamentam a legitimidade dos regimes, a formação da autoridade, os arranjos institucionais e as formas de vinculação entre os cidadãos e o poder nas democracias contemporâneas. Todavia, o tema da crise de

representação está presente hoje não só nos debates acadêmicos como nos meios políticos de todos os países democráticos. É amplamente reconhecido que as eleições são instrumentos insuficientes de expressão da soberania popular, de responsividade e de representatividade dos governantes. O peso desmesurado do poder econômico, a corrupção relacionada ao financiamento de campanhas, a desproporcionalidade na tradução de votos em cadeiras, entre outros, questionam os parlamentos como espaços de representação. Além disso, o declínio acentuado do comparecimento às urnas na maior parte das democracias indica igualmente que os partidos são cada vez menos capazes de representar opiniões, interesses, valores e, sobretudo, as novas identidades que surgem nas sociedades atuais, em processo de profundas transformações no mundo do trabalho e no plano da cultura. (PRZEWORSKI, STOKES & MANIN, 1999a; MIGUEL, 2003; LAVALLE, HOUTZAGER & CASTELLO, 2006)

Maria Rita Loureiro. **Interpretações contemporâneas da representação.** Revista Brasileira de Ciência Política. n.º1. Brasília, jan.-jun./2009, p. 63.

Tendo o texto acima como referência inicial, marque o enunciado incorreto:

(A) A institucionalização de arenas de comunicação e controle continuados entre a sociedade e os representantes (como por exemplo, conselhos de gestão e fiscalização de políticas públicas, agências formativas de opinião pública, entre outros) tanto na esfera legislativa como na executiva (e em sua burocracia encarregada de implementar as políticas públicas) são exemplos de iniciativas que podem aperfeiçoar o vínculo entre representantes e representados, durante os mandatos.

(B) Considerando "eficácia legislativa" como a habilidade que um parlamentar possui em avançar com um projeto de lei oriundo de sua agenda política através do processo legislativo, transformando-o em lei, há evidências de que fatores como financiamento de campanha, o gênero ou ser membro da coalizão do Executivo não apresentaram relação significativa com a variável eficácia, a despeito de hipóteses em sentido contrário nos estudos legislativos contemporâneos.

(C) Do ponto de vista do incremento na representação das mulheres, há evidências empíricas, em estudos legislativos no Brasil, apontando que as conquistas das mulheres ainda são incipientes, a começar pelo baixo percentual que ocupam nas casas legislativas.

(D) No âmbito da democracia deliberativa, há uma corrente que defende a representação por discurso, que seria viável nos casos em que a representação de indivíduos não seja possível, a exemplo do debate de questões internacionais, em que é difícil definir demos.

(E) A judicialização da política, entendida como a ampliação das áreas de atuação dos tribunais pela via do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas, baseado na constitucionalização de direitos e dos mecanismos de checks and balances, é entendida pela literatura como um fator determinante do aprimoramento da representação política.

GABARITO: Alternativa E.

COMENTÁRIO:

A judicialização da política não é entendida pela literatura dominante como um fator determinante do aprimoramento da representação política, mas um fenômeno, empiricamente observado, que aumenta os custos transacionais na relação entre os Poderes.

As evidências empíricas indicadas nas letras B e C, respectivamente sobre eficácia legislativa e participação das mulheres na política, estão em artigos publicados abaixo na revista Teoria e Sociedade, UFMG (2017), utilizada no programa de pós-graduação da Câmara dos Deputados: Influência parlamentar: aspectos individuais e institucionais que contribuem para a eficácia legislativa dos deputados Federais em projetos de lei em saúde.

Mais mulheres, mais direitos? A agenda e atuação das Senadoras brasileiras (2003-2016) Deliberação, conflito e teoria democrática: Uma revisão necessária.

7. As legislações específicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, da Juventude, do Idoso, e a Lei Brasileira de Inclusão, refletem o reconhecimento da interseccionalidade nas vulnerabilidades sociais, abordando a complexidade das experiências de indivíduos que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. Essas legislações buscam não apenas proteger, mas também empoderar, garantindo direitos e

promovendo a inclusão. Diante dessa perspectiva, como a interseccionalidade influencia a eficácia dessas legislações na proteção e promoção dos direitos de grupos vulneráveis?

- (A) Pela simplificação das questões sociais, tratando todas as formas de vulnerabilidade da mesma maneira.
- (B) Ignorando as diferenças entre grupos vulneráveis para promover uma política de igualdade "universal".
- (C) Reconhecendo e abordando as múltiplas identidades e experiências de opressão, tornando as políticas mais inclusivas.
- (D) Priorizando determinados grupos vulneráveis em detrimento de outros, criando hierarquias de proteção.
- (E) Limitando o escopo de aplicação das políticas públicas a contextos urbanos, desconsiderando a diversidade regional.

GABARITO: Alternativa C.

COMENTÁRIO:

A abordagem interseccional reconhece que as pessoas podem enfrentar formas de discriminação que se sobrepõem, baseadas em raça, gênero, idade, deficiência, orientação sexual, entre outros fatores. As legislações que consideram essas intersecções são mais eficazes em proteger e promover os direitos de grupos vulneráveis, pois abordam a complexidade das experiências humanas.

8. As políticas afirmativas, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, representam um esforço para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social de grupos racializados. Embora essas políticas tenham contribuído para avanços significativos, a discussão sobre sua eficácia e justiça permanece relevante. Considerando o objetivo de promover a igualdade racial, qual é o principal desafio enfrentado pelas políticas afirmativas no Brasil?

- (A) A aceitação universal das cotas como solução definitiva para o racismo estrutural, sem necessidade de outras políticas complementares.
- (B) A resistência de setores da sociedade que questionam a legitimidade e a justiça dessas medidas, alegando a promoção de "inversão de discriminação".
- (C) O foco exclusivo em cotas raciais, desconsiderando outras dimensões da desigualdade, como socioeconômicas.

(D) A implementação de cotas apenas no ensino superior, sem abordar desigualdades no acesso e na qualidade da educação básica.

(E) A promoção de políticas afirmativas apenas em áreas urbanas, ignorando as realidades e necessidades das populações rurais e periféricas.

GABARITO: Alternativa B.

COMENTÁRIO:

As políticas afirmativas enfrentam o desafio de superar a resistência de parte da sociedade que as vê como injustas ou como uma forma de discriminação reversa. Essa resistência destaca a necessidade de diálogo e educação sobre a importância dessas políticas para corrigir desigualdades históricas e estruturais, promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

ÉTICA E INTEGRIDADE

9. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 1.171/1994, estabelece uma série de deveres para com a ética no serviço público. Dentre os itens abaixo, qual NÃO é considerado um dever do servidor público segundo este código?

- (A) Desenvolver suas atividades com rapidez, perfeição e rendimento.
- (B) Ser probo, íntegro, e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter.
- (C) Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade.
- (D) Recusar fé a documentos públicos.
- (E) Exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas.

GABARITO: Alternativa D.

COMENTÁRIO:

O item D) "Recusar fé a documentos públicos" não é considerado um dever do servidor público conforme estabelecido pelo Código de Ética. Pelo contrário, espera-se que os servidores públicos respeitem e deem a devida importância a documentos oficiais.

10. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da governança pública e sistemas de governança no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, qual

das seguintes afirmações melhor descreve o conceito de governança pública?

- (A) É o conjunto de medidas restritivas para controle absoluto dos atos administrativos.
- (B) Refere-se exclusivamente à gestão de recursos financeiros do Estado.
- (C) É o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
- (D) Trata-se da aplicação de processos administrativos sem a participação popular.
- (E) Envolve apenas a transparência e a fiscalização de atos do governo, desconsiderando a participação cidadã.

GABARITO: Alternativa C.

COMENTÁRIO:

A alternativa C captura a essência do Decreto nº 9.203/2017 ao definir governança pública como o conjunto de mecanismos que visam liderar, estrategizar e controlar a gestão pública, com o objetivo de melhor atender ao interesse público.

11. A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), foi um marco para a transparência pública no Brasil. Qual dos seguintes princípios NÃO está diretamente associado aos objetivos dessa lei?

- (A) Garantir o acesso à informação de forma clara e precisa, permitindo ao cidadão pleno exercício da cidadania.
- (B) Promover a transparência ativa, por meio da divulgação de dados de interesse público, independentemente de solicitações.
- (C) Restringir o acesso à informação aos casos estritamente vinculados à segurança nacional.
- (D) Estimular o controle social da administração pública.
- (E) Fortalecer a gestão democrática por meio da participação popular.

GABARITO: Alternativa C.

COMENTÁRIO:

A Lei de Acesso à Informação (LAI) visa promover a transparência e o acesso à informação pública, não restringindo o acesso à informação exceto em casos

muito específicos e justificados, que não se limitam à "segurança nacional". Portanto, a alternativa C é a que NÃO está diretamente associada aos objetivos da LAI, pois sugere uma restrição generalizada que contraria o espírito da lei.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

12. Considere o texto referente à comunidade LGBT. A Constituição Federal elenca em seu Artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-paraconhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- (A) a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- (B) a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- (C) o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- (D) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

GABARITO: Alternativa D.

COMENTÁRIO:

O Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, em uma decisão histórica de 2011 (ADI 4277 e ADPF 132), reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo, equiparando-a em direitos e deveres à união

estável heteroafetiva prevista na Constituição Federal. Essa decisão foi um marco na luta pelos direitos da comunidade LGBT no Brasil, pois, a partir dela, casais homoafetivos passaram a ter seus relacionamentos reconhecidos legalmente, com direitos como herança, pensão, compartilhamento de planos de saúde, entre outros, assegurados. A decisão do STF foi baseada nos princípios constitucionais da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana. O tribunal interpretou que a exclusão dos casais homoafetivos do conceito de família é uma forma de discriminação incompatível com a Constituição. Além disso, a decisão reforçou a compreensão de que todos têm o direito de constituir família, independentemente de sua orientação sexual, e que o Estado deve garantir esse direito sem discriminação. A equiparação da união estável homoafetiva à heteroafetiva significa que casais do mesmo sexo têm garantidos os mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres dos casais heterossexuais. Isso inclui, por exemplo, direitos sucessórios, direito à adoção, reconhecimento de direitos previdenciários e fiscais, entre outros.

Análise das alternativas incorretas:

- a) A adoção por casais homoafetivos é permitida no Brasil. O entendimento consolidado pelos tribunais é de que o que deve prevalecer é o melhor interesse da criança, não havendo impedimento legal para que casais do mesmo sexo adotem.
- b) A homofobia e a transfobia foram equiparadas ao crime de racismo pelo STF em 2019 (ADO 26), o que significa que ambas são consideradas crimes sujeitos a punição com prisão, e não apenas a homofobia.
- c) O uso do nome social por pessoas trans e travestis é um direito garantido não apenas aos trabalhadores do setor privado, mas em todos os âmbitos da sociedade. O STF também reconheceu o direito à mudança de nome e gênero em registro civil sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual.
- e) As presidiárias transexuais têm o direito de cumprir pena em estabelecimentos prisionais femininos, conforme entendimento do STF, garantindo o respeito à identidade de gênero. Esta análise destaca a importância do reconhecimento legal e social dos direitos da comunidade LGBT, assim como a necessidade de políticas públicas e ações judiciais que combatam a discriminação e promovam a igualdade e

a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

13. Considere o texto sobre desigualdade e gênero. A perspectiva dos cursos de vida se concentra em explicar como alguns eventos da vida social, como formação e dissolução familiar (casamento, filhos, separação, recasamentos, viuvez), idade, aquisição de maiores níveis de escolaridade, podem afetar o uso do tempo em trabalho doméstico e cuidados não remunerados. Essa perspectiva inclui diferentes aspectos dos eventos que a compõem, como o tipo de casamento (se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, se formal ou não), a duração de uniões conjugais, a idade e o número de filhos, entre outros. Tais eventos da vida familiar interagem com outros fatores, como a atividade econômica, o contexto social, político e econômico e as normas vigentes de gênero, que, em alguns casos, incluem comportamentos compensatórios para neutralização de desvios de gênero. Assim, além do curso de vida, outros fatores, tais como a disponibilidade de tempo, os recursos relativos — teoria da barganha —, além das normas e valores de gênero, condicionam as desigualdades entre homens e mulheres.

PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; COSTA, J.; BARBOSA, A. Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 9. (Texto para Discussão, n. 2920). Adaptado.

No Brasil, considerando o mundo do trabalho doméstico em relação à variável de gênero, verifica-se que

- (A) o impacto das crianças na jornada reprodutiva das mulheres é maior do que na dos homens.
- (B) o cuidado com idosos aumenta igualmente a carga de trabalho reprodutivo de homens e mulheres.
- (C) a posição no curso de vida tem um efeito muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre os homens.
- (D) as mulheres responsáveis pela maior parte da renda do casal têm menor carga de trabalho doméstico.
- (E) as meninas e os meninos gastam tempo equivalente em trabalho doméstico não remunerado.

GABARITO: Alternativa A.

COMENTÁRIO:

Estudos e pesquisas realizadas em diversos contextos, inclusive no Brasil, mostram consistentemente que a presença de crianças na família tende a aumentar significativamente a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados para as mulheres, mais do que para os homens. Esse fenômeno é explicado por normas e expectativas de gênero arraigadas que atribuem às mulheres a maior parte da responsabilidade pelo cuidado e pela manutenção do lar.

O aumento do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados para as mulheres com a chegada das crianças se deve a vários fatores. Primeiramente, há a expectativa social de que as mulheres assumam o papel principal nos cuidados com os filhos e com a casa, uma norma que persiste mesmo diante de mudanças significativas nos papéis de gênero nas últimas décadas. Além disso, a falta de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero no compartilhamento dessas responsabilidades, como licenças parentais iguais e acessíveis e serviços de cuidado infantil de qualidade, contribui para a perpetuação desse desequilíbrio. Pesquisas indicam que, mesmo quando as mulheres trabalham fora de casa em jornadas equivalentes às dos homens, elas ainda assumem uma parcela desproporcional do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos. Esse desequilíbrio tem implicações diretas na carreira e no bem-estar das mulheres, limitando suas oportunidades de emprego, promoção e tempo para lazer e autocuidado.

Análise das alternativas incorretas:

- b) O cuidado com idosos não aumenta igualmente a carga de trabalho de homens e mulheres; as mulheres geralmente assumem a maior parte desse trabalho, refletindo a mesma desigualdade observada no cuidado com as crianças.
- c) A posição no curso de vida tende a afetar mais as mulheres do que os homens, especialmente quando se trata de eventos relacionados à família e ao cuidado com os outros.
- d) Embora mulheres que são principais provedoras financeiras possam ter uma negociação diferente de responsabilidades domésticas, a pesquisa sugere que, em muitos casos, elas ainda realizam uma grande parte do trabalho doméstico.
- e) Pesquisas mostram que existe uma disparidade entre o tempo gasto por meninas e meninos em trabalho doméstico não remunerado, com meninas frequentemente realizando mais trabalho doméstico do que meninos.

A desigualdade de gênero no trabalho doméstico e nos cuidados não remunerados é um reflexo das normas sociais de gênero e das estruturas de poder desiguais que persistem na sociedade. Abordar essas desigualdades requer uma combinação de políticas públicas, mudanças culturais e maior conscientização sobre a importância do compartilhamento equitativo das responsabilidades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres.

14. No que concerne às políticas públicas voltadas para a proteção dos interesses de grupos vulneráveis, assinale a única alternativa incorreta.

- (A) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.
- (B) O presidente Lula e o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, assinaram, o decreto que regulamenta a Lei Padre Julio Lancellotti, que proíbe arquitetura hostil em espaços públicos.
- (C) Empresas com mais de 100 funcionários deverão preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Disponível na área do empregador do Portal Emprega Brasil, na página do Ministério do Trabalho e Emprego, o documento tem como objetivo apurar diferenças salariais entre homens e mulheres nos mesmos cargos e funções.
- (D) Pela primeira vez em 55 anos de história, o órgão federal responsável pela política indigenista brasileira será presidido por uma mulher indígena. A advogada Joenia Wapichana estará à frente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à qual cabe a proteção e promoção dos direitos das diferentes etnias do país.
- (E) O Programa Pé-de-Meia tem por finalidade coordenar, gerir e executar o incentivo financeiro-educacional, na modalidade poupança. O Programa é destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino fundamental público e oferece incentivos relacionados a matrícula, frequência, conclusão escolar e à participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

GABARITO: Alternativa E.

COMENTÁRIO:

A. Certa. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que atos ofensivos praticados contra

peças da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.

B. Certa. Decreto formaliza proposta que proíbe construções feitas para afastar dos espaços livres de uso público pessoas em situação de rua. Levantamento aponta que 242,7 mil pessoas vivem nas ruas no Brasil; capital paulista representa um quarto dessa população.

C. Certa. Lula sanciona lei para assegurar igualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função. Texto estabelece pagamento de multa equivalente a 10 vezes o valor do salário que pessoa discriminada deveria receber. Presidente disse que governo fará 'cumprir' regras.

D. Certa. A advogada Joenia Wapichana é oficialmente a nova presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Errada. O Programa Pé-de-Meia tem por finalidade coordenar, gerir e executar o incentivo financeiro-educacional, na modalidade poupança. O Programa é destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público e oferece incentivos relacionados a matrícula, frequência, conclusão escolar e à participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

15. O art. 37 da CF/1988 dispõe sobre os princípios gerais que se aplicam à Administração Pública, quais sejam legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em decorrência de tal dispositivo, foi editada a Súmula Vinculante nº 13, que trata de situações legais de nomeação de parentes e de nepotismo. Sobre o assunto, marque a alternativa correta:

I. É vedada à autoridade a nomeação de filho por adoção para o exercício de cargo em comissão em autarquia.

II. A nomeação de bisneto do cônjuge não se enquadra na definição de nepotismo adotada pelo STF.

III. O cônjuge do sobrinho, por se tratar de terceiro grau de parentesco, e apenas por afinidade, pode ser nomeado para função de confiança, pois não viola o princípio da legalidade.

IV. A Súmula vinculante nº 13 esgota as possibilidades de nepotismo na Administração Pública e tem obediência obrigatória por todos os Poderes.

V. A Súmula Vinculante nº 13 aplica-se a todas as esferas da Administração Pública, seja municipal, estadual, distrital ou federal, e aos seus três Poderes.

- (A) Todas as alternativas são falsas.
- (B) São falsas as alternativas II, III, IV e V.
- (C) São verdadeiras as alternativas I, IV e V.
- (D) É verdadeira somente a alternativa I.
- (E) São falsas as alternativas II, III e IV.

GABARITO: Alternativa E.

COMENTÁRIO:

Súmula Vinculante nº 13: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

Item I é verdadeiro. Filhos constituem parentes diretos em primeiro grau e os filhos por adoção não se diferenciam de filhos biológicos.

Item II é falso. Bisneto de cônjuge é parente em terceiro grau por afinidade.

Item III é falso. Cônjuge do sobrinho é parente em terceiro grau por afinidade.

Item IV é falso. STF decidiu que: “a Corte não pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública, dada a impossibilidade de se preverem e de se inserirem, na redação do enunciado, todas as molduras fático-jurídicas reveladas na pluralidade de entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios) e das esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as peculiaridades de organização em cada caso.”

Item V é verdadeiro.

16. O Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 representa um marco significativo na estruturação da Administração Federal brasileira pois estabeleceu as bases para a organização e funcionamento do aparato administrativo do governo.

Assinale a opção que compreende o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

- (A) Empresa pública.
- (B) Sociedade de economia mista.
- (C) Fundação pública.
- (D) Autarquia.
- (E) Agência reguladora independente.

GABARITO: Alternativa D.

COMENTÁRIO:

- Autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, destinadas a executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada. Seu objetivo principal é prestar serviços específicos à comunidade de maneira especializada, sem visar lucro e mantendo certa distância da estrutura administrativa direta do governo.

As outras opções, apesar de também serem formas de entidades na Administração Pública, têm características distintas:

- A) Empresa pública: entidade com personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a execução de atividades de natureza econômica ou serviços onde o Estado tenha interesse na sua realização, podendo ser constituída sob qualquer forma empresarial.
- B) Sociedade de economia mista: entidade que também possui personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, caracterizada pela participação do Estado e de particulares no seu capital e na sua administração. Atua em atividades econômicas ou serviços, combinando recursos públicos e privados.
- C) Fundação pública: entidade com personalidade jurídica de direito público (fundação pública de direito público) ou de direito privado (fundação pública de direito privado), criada para atuar em áreas específicas como educação, saúde, pesquisa, entre outras, sem fins lucrativos.
- E) Agência reguladora independente: são autarquias de regime especial, criadas para regular e fiscalizar atividades específicas de setores econômicos importantes, com autonomia administrativa, financeira e funcional, visando assegurar o interesse público com maior eficiência.

Portanto, a descrição mais precisa e adequada para a definição dada é a D) Autarquia, que é uma entidade de direito público, com gestão administrativa e financeira descentralizada, criada para executar atividades típicas da Administração Pública.

17. Maria Clara, servidora pública, recentemente foi chamada pelo seu chefe direto para tratar de algumas questões relacionadas ao seu comportamento no ambiente de trabalho. Diante de um documento que estava sobre a mesa, Maria Clara percebeu que ali estavam descritas algumas possíveis penalidades a serem aplicadas a servidores públicos, conforme a Lei n. 8.112/1990. Com isso em mente, avalie se, de acordo com o Art. 127 da referida lei, são penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor:

I – advertência.

II – suspensão.

III – demissão.

Assinale a opção que indica todas as penalidades corretas:

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

GABARITO: Alternativa E.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é a letra “e” - I, II e III.

De acordo com o Art. 127 da Lei n. 8.112/1990, as penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos federais são: advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade. Portanto, as penalidades mencionadas nas alternativas I, II e III estão corretamente previstas na lei.

FINANÇAS PÚBLICAS

18. Considere os dispositivos legais que tratam dos conteúdos dos instrumentos de planejamento e faça as associações pertinentes.

(1) PPA

(2) LDO

() condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

() despesas relativas aos programas de duração continuada;

() estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública;

() política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento ;

() plano de médio prazo;

A sequência correta é:

(A) 1 – 1 – 2 – 2 – 1;

(B) 2 – 1 – 1 – 2 – 2;

(C) 1 – 1 – 1 – 2 – 2;

(D) 2 – 1 – 2 – 2 – 1;

(E) 2 – 2 – 1 – 2 – 1.

GABARITO: Alternativa D.

COMENTÁRIO:

LDO - condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública; política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; PPA - despesas relativas aos programas de duração continuada; plano de médio prazo.

19. Lei Orçamentária Anual é uma peça

(A) Orçamentária tática de médio prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de fixações receitas e estimativas de despesas.

(B) Orçamentária estratégica de curto prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio das estimativas de receitas e fixações de despesas.

(C) Financeira operacional de longo prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de estimativas de receitas e fixações de despesas.

(D) Orçamentária operacional de curto prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de estimativas de receitas e fixações de despesas.

(E) Financeira tática de longo prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de fixações de receitas e estimativas de despesas.

GABARITO: Alternativa D.

COMENTÁRIO:

A LOA é peça orçamentária operacional de curto prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de estimativas de receitas e fixações de despesas.

20. A Constituição Federal (art. 145, II) autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Quanto à base de cálculo das taxas, a Constituição apenas veda ao legislador a adoção da mesma base, própria dos impostos (art. 145, § 2º). A construção de uma baliza para a base de cálculo das taxas leva à ponderação

entre custo da atividade estatal e valor da taxa para a construção da base de cálculo possível a ser escolhida pelo legislador ordinário para esse tributo. Com vistas ao balizamento do valor desse tributo, o legislador deve fazer uso do princípio da

(A) legalidade estrita

(B) razoável equivalência

(C) solidariedade social

(D) taxatividade tributária

(E) proibição do confisco

GABARITO: Alternativa B.

COMENTÁRIO:

A premissa do comando da questão se refere à “razoável equivalência”, uma determinação que impede uma relação desproporcional entre o valor da taxa cobrada pelo Estado e serviço ou bem oferecidos por este.

DISCURSIVA

Texto 1

A criação de um Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) faz parte do projeto do presidente Lula de aumentar as capacidades do Estado e ampliar a entrega de políticas e serviços à população. Nossa missão é fomentar a transformação e inovação do Estado numa direção republicana e democrática, com mais participação social, planejamento e eficiência[...]

O MGI[...] traz no nome a centralidade da inovação, sinalizando a intenção de avançar nas tecnologias, no conhecimento e nos talentos, para atualizar a administração pública e entregar a todas as pessoas um acesso equânime, seguro e fácil aos serviços.

A inovação passa pela transversalidade, intersectorialidade e interseccionalidade no ciclo da política pública. Temos atuado para identificar as diferenças e propor canais e formas de serviços públicos digitais e presenciais que atendam às populações em sua diversidade, considerando contexto urbano, rural, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos negros, das mulheres, da população LGBTQIA+ e de outros grupos sociais.[...]

Pelo aspecto da tecnologia, o MGI é responsável pela coordenação da política de governo digital, pela digitalização e melhoria da qualidade dos serviços. Estamos em um momento crítico na jornada de transformação digital do setor público, e precisamos estar dispostos a inovar e a aprender. Estamos ampliando as parcerias nos três níveis de governo e com o ecossistema de inovação do país, que inclui empresas, academia e movimentos sociais[...]

Por: **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**

Link: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/governo-quer-a-201ctransformacao-do-estado-numa-direcao-democratica201d>

Texto 2

A construção de capacidade inovadora na administração pública é considerada fundamental para enfrentar os problemas públicos, cada vez mais complexos, incertos e transversais, e/ou aprimorar continuamente as ferramentas de gestão (OCDE,2015).[...]

Nas últimas duas décadas, as grandes reformas administrativas foram substituídas por esforços de melhorias constantes e graduais, micro-improvements ou inovações na era do pós-New Public Management (NPM) tanto em nível global (Cavalcante, 2017) quanto doméstico (Cavalcante, 2018; 2019b). Nesse contexto, as inovações ganharam dimensão estratégica e se materializam no setor público a partir da combinação de diferentes tendências nos processos de formulação e implementação, tais como colaboração; redes; accountability e transparência; visão holística e integrada; engajamento social; coordenação; entre outras (Cavalcante, 2018; 2019b).[...]

Outro elo nos estudos de governança e inovação é a presença dos princípios de colaboração, parcerias ou coprodução na implementação das políticas públicas. O componente colaborativo é recorrente, embora longe de ser uniforme, pois varia em termos de atores/organizações e formas de interação entre eles, como também nos instrumentos de gestão e/ou coordenação adotados. Boa parte das iniciativas inovadoras e arranjos de governança

em redes ou híbridos se materializam em parcerias a partir de processos dinâmicos, com constantes esforços pautados em tentativa e erro e, principalmente, aprendizagem, como ficam evidentes nas reflexões sobre governança pública em diferentes perspectivas – regulatória, multinível, corporativa, entre outras (Ipea, 2018), bem como nos casos de inovação em distintos níveis de governo e áreas de políticas e gestão (Cavalcante, 2019a).

CAVALCANTE, P. **Governança e Inovação em Políticas Públicas: intersecções de uma fértil agenda de pesquisa**. IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional | n. 29 | Jun. 2021. Adaptado.

A inovação na gestão pública é essencial para atender às diversas necessidades e demandas dos cidadãos em sua plena diversidade. Isso envolve desenvolver políticas e serviços inclusivos, considerando contextos urbanos e rurais, bem como grupos sociais específicos, como povos indígenas, quilombolas, negros, mulheres, população LGBTQIA+ e outros. A inovação possibilita a criação de soluções mais eficazes e equitativas, promovendo a igualdade de oportunidades, o respeito aos direitos e a inclusão social.

Nesse contexto e considerando que os textos oferecidos têm caráter motivador de reflexão, redija **um texto dissertativo de 35 a 45 linhas**, refletindo sobre o papel e o impacto da inovação na provisão dos serviços públicos para toda a sociedade, cuja fundamentação contemple necessariamente os seguintes aspectos, mas não necessariamente nesta ordem:

- O papel do Estado na promoção e indução de práticas inovadoras considerando a diversidade e as desigualdades socioeconômicas do país e os diferentes contextos sociais e regionais;
- Exemplos de iniciativas específicas que demonstram melhorias para a população resultantes de ferramentas e estratégias de inovação;
- A importância da coordenação intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade na materialização de estratégias de inovação.

SUGESTÃO DE TEXTO

A inovação na gestão pública representa uma força transformadora capaz de endereçar os desafios impostos pelas crescentes complexidades e demandas da sociedade contemporânea. Neste contexto, o Estado desempenha um papel fundamental não apenas como provedor de serviços, mas como um promotor e facilitador de práticas inovadoras que consideram a diversidade e as desigualdades socioeconômicas presentes no país. A adoção de políticas e serviços inclusivos e equitativos é crucial para promover a igualdade de oportunidades, o respeito aos direitos e a inclusão social de todos os cidadãos.

A criação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) pelo presidente Lula exemplifica o compromisso do governo em avançar nas tecnologias, no conhecimento e nos talentos, com o objetivo de atualizar a administração pública e garantir um acesso equânime, seguro e fácil aos serviços para toda a população. Este movimento sinaliza a intenção do governo de posicionar a inovação no centro da gestão pública, promovendo a transformação e a modernização do Estado de maneira republicana e democrática, com mais participação social, planejamento e eficiência.

O papel do Estado na promoção e indução de práticas inovadoras é essencial, principalmente considerando os diversos contextos sociais e regionais do país. A inovação no setor público não deve ser vista apenas como a adoção de novas tecnologias, mas como a implementação de novas formas de pensar e agir que favoreçam a inclusão e a equidade. Exemplos de iniciativas específicas que demonstram melhorias para a população incluem a digitalização de serviços públicos, que facilita o acesso da população a serviços essenciais, e a criação de canais de serviços públicos digitais e presenciais que atendem às populações em sua diversidade.

Além disso, a importância da coordenação intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade é fundamental na materialização de estratégias de inovação. A colaboração entre diferentes níveis de governo e a coprodução com a sociedade civil são elementos chave para o sucesso das políticas públicas inovadoras. Essa abordagem colaborativa permite a troca de conhecimentos e experiências, a adaptação de soluções às necessidades locais e a criação de políticas mais efetivas e responsivas às necessidades dos cidadãos.

Em suma, a inovação na gestão pública é crucial para atender às demandas e necessidades dos cidadãos em sua plena diversidade. O Estado tem um papel indispensável na promoção de práticas inovadoras que considerem as desigualdades socioeconômicas e os diferentes contextos sociais e regionais. Iniciativas específicas que demonstram melhorias para a população e a coordenação efetiva entre diferentes níveis de governo e com a sociedade são essenciais para garantir que a inovação no setor público contribua para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.